

Art. 1º Aprovar, nos termos do § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26/11/2007, o Termo de Compromisso nº 00005/2011, apresentado pelo Governo do Estado de Pernambuco, cujo objeto é a execução das obras para Construção da Barragem de Painelas II, no município de Cupira, tendo em vista a inclusão do empreendimento nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, por meio do Decreto nº 8.173, de 26/12/2013, publicado no DOU de 27/12/2013.

Art. 2º A execução do objeto deverá obedecer rigorosamente ao Termo de Compromisso e ao Plano de Trabalho que o integra.

Art. 3º O total de recursos financeiros necessários para a execução do objeto foram fixados em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo R\$ 38.460.000,00 (trinta e oito milhões, quatrocentos e sessenta mil reais) à conta das dotações orçamentárias da União, consignadas na Funcional Programática 06.182.1027.8348.0101, Fonte 0100, Natureza da Despesa 44.30.42 e R\$ 11.540.000,00 (onze milhões, quinhentos e quarenta mil reais) a título de contrapartida estadual.

## SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

### PORTARIA Nº 313, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
MG	Carmo de Minas	Seca - 1.4.1.2.0	025	30/10/14	59050.001595/2014-81
MG	Gameleiras	Estiagem - 1.4.1.1.0	160	04/11/14	59050.001596/2014-26
MG	Guaraciama	Seca - 1.4.1.2.0	1341/2014	04/11/14	59050.001601/2014-09
MG	Novo Cruzeiro	Seca - 1.4.1.2.0	0231/2014	23/10/14	59050.001608/2014-12
MG	Patis	Seca - 1.4.1.2.0	326	28/10/14	59050.001580/2014-13
MG	Santa Maria do Salto	Estiagem - 1.4.1.1.0	17	03/11/14	59050.001603/2014-90
MT	Tangará da Serra	Vendaval - 1.3.2.1.5	347	16/10/14	59050.001607/2014-78
RS	Bossoroca	Vendaval - 1.3.2.1.5	4469/2014	28/10/14	59050.001579/2014-99
RS	Rosário do Sul	Granizos - 1.3.2.1.3	094/2014	21/10/14	59050.001610/2014-91
SC	Urubici	Vendaval - 1.3.2.1.5	1731/2014	31/10/14	59050.001602/2014-45
SE	Canindé de São Francisco	Seca - 1.4.1.2.0	565/2014	06/11/14	59050.001599/2014-60

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

### PORTARIA Nº 314, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Nova Venécia - ES.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recurso ao Município de Nova Venécia - ES, no valor de R\$ 3.164.245,31 (três milhões, cento e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e cinco reais e trinta e um centavos), para a execução de obras de reconstrução de danos causados por enxurradas, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo nº 59050.000165/2014-42.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6501; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0388; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação do recurso em 02 (duas) parcelas.

Art. 4º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Art. 4º Os recursos financeiros à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 38.460.000,00 (trinta e oito milhões, quatrocentos e sessenta mil reais), foram empenhados - Nota de Empenho nº 2011NE800113, de 13/05/2011.

Art. 5º Do total de recursos financeiros empenhados foi liberado o valor de R\$ 18.058.551,11 (dezoito milhões, cinquenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e um reais e onze centavos), por meio das Ordens Bancárias nº 110B800475, de 07/12/2011 e nº 110B800477, de 08/12/2011. O saldo de recursos, no valor de R\$ 20.401.448,89 (vinte milhões, quatrocentos e um mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e oitenta e nove centavos), será liberado conforme cronograma de desembolso aprovado e legislação vigente.

Art. 6º O prazo de execução do objeto será de acordo com o consignado no Plano de Trabalho aprovado, contados a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBSON AFONSO BOTELHO

Art. 2º A operação terá o apoio logístico e a supervisão dos órgãos de segurança pública do Ente Federado solicitante, nos termos do convênio de cooperação firmado entre as partes, bem como permissão de acesso aos sistemas de informações e ocorrências no âmbito da Segurança Pública, durante a vigência da portaria autorizativa.

Art. 3º O número de profissionais a ser disponibilizado pelo Ministério da Justiça obedecerá ao planejamento definido pelos entes envolvidos na operação.

Art. 4º O prazo do apoio prestado pela FNSP poderá ser prorrogado, se necessário, conforme o art. 4º, § 3º, inciso I, do Decreto nº 5.289, de 2004.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA DIRETORIA ADMINISTRATIVA COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

### CERTIDÃO DE JULGAMENTO 54ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08012.011042/2005-61

Representante: Ministério Público do Estado da Bahia  
Representados: Shell Brasil Ltda. (atual Raízen Combustíveis S.A.), Eduardo Silva Moisés e Sérgio Victor Olbrich  
Advogados: Mauro Grinberg, Leonor Cordovil, Luís Gustavo Rolim R. Lima e outros

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Veríssimo

Voto-vista: Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior  
Impedidos o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho e o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo. Presidiu a Conselheira Ana Frazão.

Na 20ª SOJ, manifestou-se oralmente o advogado Mauro Grinberg, representante da Shell Brasil Ltda. - Raízen Combustíveis S.A.. Após o voto do Conselheiro Relator pelo arquivamento processo, com recomendação à Superintendência-Geral do CADE que instaure, de ofício, procedimento destinado a apurar as condições em que se dá, atualmente, o relacionamento da Raízen Combustíveis S.A. com seus distribuidores franqueados e não franqueados, solicitando a essa empresa informações detalhadas e atuais acerca de eventuais práticas de fixação ou sugestão de preços, máximos, mínimos ou sugeridos, de revenda de combustíveis, bem como informações atuais e detalhadas ligadas a seus eventuais programas de compliance com a legislação antitruste e ligadas ao eventual monitoramento do comportamento competitivo de seus distribuidores e dos concorrentes destes nos vários mercados em que estes atuam, o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro Alessandro Octaviani Luis. Na 48ª SOJ, após o voto-vista do Conselheiro Alessandro Octaviani Luis, pela rejeição da prejudicial de prescrição da pretensão punitiva da administração e da prescrição intercorrente e, no mérito, pela condenação dos Representados pela prática de infração à ordem econômica, prevista no art. 20, incisos I e IV, c/c o art. 21, incisos II e XI, ambos da Lei nº 8.884/94, com aplicação de multa no valor de R\$ 59.635.326,06 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, trezentos e vinte e seis reais e seis centavos à Representada Raízen Combustíveis S.A.; e no valor individual de R\$ 31.923,00 (trinta e um mil, novecentos e vinte e três reais), aos Senhores Eduardo Silva Moisés e Sérgio Victor Olbrich; proferiu voto o Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro, pelo arquivamento do processo em relação ao Representado Eduardo Silva Moisés e pela condenação dos demais Representados por infração prevista no art. 20, incisos I e IV, c/c art. 21, inciso II, da Lei nº 8.884/94, com aplicação de multa no valor de R\$ 29.817.663,03 (vinte e nove milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e sessenta e três reais e três centavos) à Shell Brasil Ltda.; e R\$ 31.923,00 (trinta e um mil, novecentos e vinte e três reais), ao Representado Sérgio Victor Olbrich; o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior. Após o voto-vista do Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior acompanhando o Conselheiro Alessandro Octaviani Luis pela rejeição da prejudicial de prescrição da pretensão punitiva da administração e da prescrição intercorrente e, no mérito, pela condenação dos Representados Shell Brasil Ltda. e Sérgio Victor Olbrich, pela prática de infração à ordem econômica, prevista no artigo 20, incisos I e IV, c/c artigo 21, incisos II e XI, da Lei 8.884/1994 e pela condenação do Representado Eduardo Silva Moisés pela prática de infração à ordem econômica, prevista no artigo 20, incisos I e IV, c/c artigo 21, inciso XI, da Lei 8.884/1994, com aplicação de multa nos seguintes valores: R\$ 26.455.004,80 (vinte e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quatro reais e oitenta centavos) à Raízen Combustíveis S.A.; R\$ 31.923,00 (trinta e um mil, novecentos e vinte e três reais) ao Senhor Eduardo Silva Moisés e R\$ 31.923,00 (trinta e um mil, novecentos e vinte e três reais) ao Senhor Sérgio Victor Olbrich.

Decisão: O Plenário, por maioria, determinou a condenação dos Representados Eduardo Silva Moisés e Sérgio Victor Olbrich, com aplicação de multa individual no valor de R\$ 31.923,00 (trinta e um mil, novecentos e vinte e três reais). O Plenário, por maioria, determinou, ainda, a condenação da Raízen Combustíveis S.A., com aplicação de multa no valor de R\$ 26.455.004,80 (vinte e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quatro reais e oitenta centavos), nos termos do §1º do artigo 95 do Regimento Interno do Cade. O Plenário, determinou, também, que seja encaminhada recomendação à Superintendência-Geral do CADE, para que instaure procedimento destinado a apurar as condições em que se dá o relacionamento da Raízen Combustíveis S.A. com seus distribuidores franqueados e não franqueados, solicitando a essa empresa infor-